A experiência do Projeto GATI em terras indígenas

Gestão do Projeto

PROJETO GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Artur Nobre Mendes

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
Walter Coutinho Jr.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS
Patricia Chagas Neves

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES
Janice Queiroz de Oliveira

UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO GATI

DIRETORA NACIONAL DO PROJETO - DPDS/FUNAI
Patricia Chagas Neves

COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO - CGGAM/FUNAI
Fernando de Luiz Brito Vianna

OFICIAL DE PROJETO DO PNUD
Rose Diegues

COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO - PNUD
Robert Pritchard Miller

COORDENADOR DE PGTA - PNUD
Ney José Brito Maciel

COORDENADORA FINANCEIRA DO PROJETO - CGGAM/FUNAI
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho

ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS - CGGAM/FUNAI
Caio César de Sousa de Oliveira
Sofia Morgana Siqueira Meneses

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S618g
Siqueira Jr., Jaime.
Gestão do projeto / Jaime Siqueira Jr. – Brasília (DF): IEB, 2016. - (A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas)
33 p. : 20,4 x 27,4 cm

ISBN 978-85-60443-49-9

1. Gestão territorial e ambiental. 2. Povos indígenas - Brasil. 3.Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena. I. Título. V. Série.

CDD-980.41

Ficha Técnica

Organização da sistematização
Andreia Bavaresco - IEB
Marcela Menezes - IEB
Robert Miller - GATI

Revisão ortográfica
Ekletica Design e Publicações

Fotos
Arquivo Projeto GATI
Arquivo Funai
Colaboradores

Arte
Nina Coimbra

Editoração
Demian Nery e Tiago Trigo (apoio)

O uso de imagens de indígenas das Áreas de Referência para fins de divulgação do Projeto GATI foi acordado nos Termos de Compromisso firmados com as comunidades participantes do Projeto, ao longo de processo de esclarecimento no qual foram estabelecidas as responsabilidades das partes.

foto-base da pagina anterior:
Participantes do Seminário Regional do Projeto GATI realizado em Manaus (AM) em 2011
©Acervo GATI

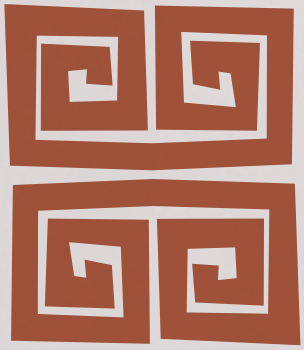
Gestão do Projeto GATI: lições aprendidas e próximos desafios

Jaime Siqueira Jr.[1]

Introdução 4
Antecedentes 6
Lições aprendidas: a implementação do Projeto GATI 12
Desafios 30

1 Antropólogo, Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Investigador Visitante do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa (ICS-UL). Foi Coordenador Geral de Gestão Ambiental da Funai e Coordenador Nacional do Projeto GATI de 2012 a 2015.

Introdução



Tentar sistematizar os aspectos do Projeto GATI não é tarefa fácil, principalmente, por dois motivos: a grande diversidade e a intensidade de ações e os aprendizados que ele gerou e, por outro lado, a minha dificuldade em obter algum distanciamento para analisá-lo, uma vez que estive à frente da sua coordenação nos últimos anos.

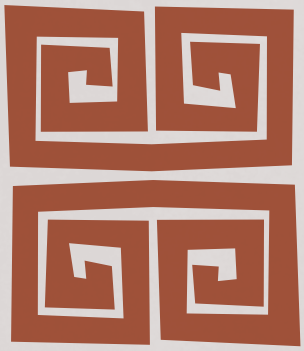
O Projeto nasceu com uma vocação, sustentado por inúmeras expectativas, principalmente, das organizações indígenas que foram as principais responsáveis pela sua construção. Vocação de ser tão importante para os povos indígenas como foi, por exemplo, o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL, o Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA, o Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas - PDPI ou a Carteira Indígena, que atendiam parte das demandas de apoio direto aos seus projetos. Passados esses anos, talvez não seja possível afirmar que essa vocação tenha se viabilizado plenamente, mas é certo que numa escala menor, afinal tratam-se apenas de 32 Terras Indígenas (TIs).

Porém, o Projeto deixou contribuições extremamente relevantes, e não apenas para essas terras.

Se, por um lado, o Projeto trabalhou numa escala menor do que os outros s acima citados, por outro, ele conseguiu extrapolar os limites da Amazônia, dando vazão aos projetos dos povos de biomas muitas vezes esquecidos pelas tradicionais fontes de financiamento, como a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga. O fato de o Projeto atuar em âmbito nacional favoreceu também, em grande medida, o seu apoio à construção da PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental2.
A relação, praticamente simbiótica, estabelecida entre o Projeto e a Política, foi extremamente positiva para ambos, especialmente para a PNGATI, que pôde contar com uma espécie de laboratório, um balão de ensaio para pautar a maioria de suas ações.

2 Decreto Nº 7.747, de 5 de Junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências.

Antecedentes



Passo a tratar de cada um dos aspectos considerados mais importantes não apenas por mim, mas citados como relevantes também por diferentes atores e participantes do Projeto. Acho que vale a pena "começar do começo" e destacar a importante participação das organizações indígenas e da sociedade civil no longo processo de negociação, iniciado em 2006, e na construção do então "Projeto GEF Indígena", inaugurado, "oficialmente, em 2010, com a instituição do seu Comitê Diretor. A persistência dessas organizações e de figuras-chave dentro do governo (Funai e MMA) foi fundamental para viabilizar o Projeto. É bem verdade que houve alguma frustração com o montante de recursos destinados pelo GEF ao Projeto (em torno de 6 milhões de dólares), uma vez que a expectativa inicial das organizações indígenas e do próprio governo era bem maior. Talvez, por isso, o governo tenha elevado sua oferta de contrapartida, fazendo com que o valor total do Projeto ficasse em torno de 30 milhões de dólares. As evidentes dificuldades que decorreram desse compromisso do governo, na sua capacidade de contrapartida, serão abordadas adiante.

Aspecto extremamente relevante do Projeto, também a ser destacado de início, foi o processo de consulta que ocorreu nas 32 TIs integrantes do GATI. Aconteceram reuniões em todas as TIs, envolvendo, praticamente, a totalidade das aldeias, a fim de consultar os indígenas sobre a anuência em participar do Projeto, pactuando com seus objetivos e resultados, uma vez que as TIs haviam sido indicadas já há algum tempo (em 2008) e seria necessário atualizar informações sobre o consentimento em participar dessa iniciativa. Todas as TIs deram sua anuência, mesmo em um ou dois casos mais relutantes, que temiam por uma espécie de "intervenção" mais radical do Projeto. A estratégia foi a de enfrentar esses casos com sutileza, mostrando resultados efetivos e tentando, progressivamente, a implementação de alternativas.

Vale lembrar, no entanto, que a proposta inicial do Projeto era trabalhar com 12 TIs mais diretamente, tratadas como "Áreas de Referência", e com outras 20 TIs, que fariam parte de uma "Rede de Experiências". Essa distinção não foi bem aceita pelas comunidades indígenas consultadas e, logo no início do Projeto, todas as 32 TIs passaram a ser tratadas como Áreas de Referência, o que, evidentemente, também trouxe impactos para a implementação do Projeto. A ideia inicial era manter o Projeto menor e, portanto, com mais foco em determinadas TIs, mas essa proposta não pôde ser sustentada em absoluto nas TIs, o que gerou a ampliação do conceito de Áreas de Referência, absorvendo a Rede de Experiências. Por outro lado, a ideia de um "Comitê Científico", como uma das instâncias de assessoria ao Comitê Diretor, foi descartada, uma vez que seu papel era pouco claro e, aparentemente, serviria como mais um entrave para o encaminhamento ágil dos projetos locais. Dessa forma, os eventuais e bem vindos colaboradores de universidades poderiam integrar os Conselhos Regionais do GATI.

Localização das 32 Áreas de Referência do Projeto GATI

Um dos princípios importantes do GATI sempre foi o de "não inventar a roda", ou seja, tentar apoiar iniciativas e parcerias que já estivessem sendo desenvolvidas nas TIs. Assim, a ideia era apoiar aquelas comunidades que já possuíam projetos em curso, "alavancando experiências", como o título do Projeto sugere. De fato, a maioria das comunidades possuía bons projetos ou iniciativas menos formais sendo desenvolvidas, faltando, muitas vezes, pouca coisa para incrementá-las ou auxiliá-las a passar para uma nova fase. Em muitos casos, bastava dar continuidade a ações já iniciadas, aprimorando e agregando ações com o apoio técnico do Projeto. Em que pese todas as TIs terem sido indicadas e escolhidas em consultas regionais diretamente realizadas junto aos representantes indígenas, uma parte considerável delas tinha pouca experiência com projetos de desenvolvimento sustentável.

Os critérios utilizados pelas organizações indígenas para a escolha das Áreas de Referência do Projeto, além de técnicos, foram também bastante políticos, buscando garantir uma maior representatividade das principais organizações indígenas envolvidas e um equilíbrio de forças em cada região de atuação. Dessa forma, experiências de gestão e desenvolvimento sustentável relevantes acabaram ficando fora do Projeto, o que, por certo ponto de vista, poderia ter sido mais produtivo em termos de resultados a serem atingidos. Isso fez com que o conjunto de TIs participantes do Projeto fosse bastante heterogêneo, agregando desde experiências consolidadas, como, por exemplo, o caso dos Sateré-Maué no Amazonas e o manejo e comercialização de guaraná, até casos em que os índios ainda estavam começando a discutir alternativas de sustentabilidade, como os Guarani e os Terena no MS. Ainda houve casos em que existiu, inclusive, certa resistência em discutir essas alternativas, conforme destacado acima, como nos Xokleng em Santa Catarina - SC ou os Tupiniquim no litoral capixaba-Espírito Santo - ES.

Como o Projeto não estava direcionado somente para a Amazônia, algumas Áreas de Referência em outras regiões do país possuíam situação extremamente complexa, decorrente de décadas de impactos de empreendimentos, agronegócio, monoculturas e da própria atuação do órgão indigenista oficial à época. Mas o Projeto não se furtou a enfrentar essas situações e estávamos cientes que resultados mais consistentes nessas áreas ocorreriam mais em longo prazo. O citado caso Tupiniquim, por exemplo, é impactado, simultaneamente, por dezenas de empreendimentos, sendo que os PBAs (Planos Básicos Ambientais), na maioria dos casos, não possuem suficiente articulação e diálogo entre si, ocasionando mais danos do que propriamente controle e diminuição dos impactos socioambientais e compensação.

Se esses diferentes estágios de amadurecimento quanto à discussão da gestão territorial e ambiental, e sua sustentabilidade, podem ter criado algumas dificuldades em relação à gestão do Projeto, por outro lado, é verdade que ocorreram também gratas surpresas, especialmente no Mato Grosso do Sul-MS, em que quase nada existe em

termos de cooperação e apoio a projetos alternativos, mas onde as comunidades aderiram fortemente ao GATI. Um pouco diferente da situação descrita acima, por exemplo, estão os Povos Indígenas Terena e Guarani no MS, que, ao invés de excesso de pressão de empreendimentos, sofriam certo desamparo, tanto pelo poder público, como pelas agências de financiamento e cooperação. É bem verdade que seus exíguos territórios estão cercados pela pecuária extensiva e pelos plantios de cana-de-açúcar e soja, que caracterizam os grandes latifúndios daquela região, mas, talvez, até em função da ausência de experiência com projetos sustentáveis, o Projeto GATI tenha encontrado terreno fértil para se desenvolver.

Mas como salientamos, a perspectiva para viabilizar uma melhor gestão do Projeto e alcançar os resultados previstos com maior eficácia sempre foi a de fortalecer as parcerias e articulações interinstitucionais locais. E, de fato, onde elas aconteceram com maior intensidade foi onde apareceram os resultados mais positivos. Essas articulações locais possibilitaram potencializar o apoio aos projetos, Organizações Não Governamentais - ONGs e universidades, em sintonia com as principais organizações indígenas regionais. A COIAB, APOINME, ARPINSUDESTE e ARPINSUL foram parceiros muito ativos do GATI durante toda a sua implementação e representaram, sem dúvida, outro aspecto fundamental para o sucesso do Projeto. Isso facilitou a sua

Evento de instalação do Conselho Regional do Núcleo Nordeste II na TI Xacriabá, que contou com participação de lideranças da APOINME (2011)

©Robert Miller

gestão em vários aspectos, garantindo, ao mesmo tempo, legitimidade em relação aos encaminhamentos e decisões sobre o Projeto tanto no nível central como nas regiões. Infelizmente, a fragilidade das organizações indígenas no Cerrado e Pantanal dificultou o processo nessas regiões, o que foi compensado, de certa forma pela ativa participação dos Terena e dos Guarani, como destacado acima.

A estratégia encontrada para potencializar a execução do Projeto, apoiada nas parcerias locais, revelou-se extremamente produtiva e adequada. Longe de representar algum tipo de esvaziamento do papel da Funai, tratou-se de investir na possibilidade de atuação em redes, envolvendo diferentes atores locais e instituições, governamentais e não governamentais. Dessa forma, também foram fortalecidas as bases e a capilaridade da atuação do órgão indigenista oficial.

As organizações indígenas também saíram fortalecidas desse processo, uma vez que o Projeto criou condições para a realização de uma série de reuniões, assembleias, articulações regionais e estabelecimento de novas relações com potenciais parceiros. Certamente, dentre as organizações regionais integrantes do Projeto, a APOINME foi aquela que melhor soube tirar proveito do Projeto para o fortalecimento de bases locais. Desde a origem, na escolha das TIs do nordeste, Espírito Santo e de Minas Gerais que fariam parte da iniciativa, a APOINME já demonstrava uma determinada estratégia de atuação que, no decorrer do Projeto, revelou-se bastante eficaz.

Lições aprendidas: a implementação do Projeto GATI

Está claro para os executores do Projeto que existiram três fases muito distintas do GATI:

- Primeira fase: negociações internas, articulações interinstitucionais, instalação do Comitê Diretor, definição de lócus e de pessoas para compor a Unidade de Gestão do Projeto - UGP, sensibilização de parcerias, etc.;
- Segunda fase: realização de inúmeras reuniões, consultas e esclarecimentos sobre o Projeto, tanto em Brasília, quanto nas regiões e TIs com os povos indígenas e parceiros, o que também gerou algumas reconfigurações da proposta original do Projeto;
- Terceira fase: implementação propriamente dita do Projeto.

Uma das dificuldades do Projeto GATI esteve relacionada com a distribuição desigual de tempo destinado a cada uma dessas fases, com investimento elevado nas duas fases iniciais o que, por um lado, garantiu articulação e legitimidade para sua execução, mas, por outro, acabou por atrasar o seu início efetivo. Embora a segunda fase tenha sido fundamental para o sucesso do Projeto, não tinha sido prevista no cronograma.

UGP - O QUE É, COMO FUNCIONA E SUAS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO

A Unidade de Gestão do Projeto – UGP – foi composta por servidores da Funai (Diretoria e Coordenação Geral de Gestão Ambiental – CGGAM), além de consultores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -PNUD, constituindo-se como elemento fundamental para o bom desenvolvimento do Projeto GATI. Todo projeto de cooperação, com recursos extraorçamentários ou não, tem necessidade de uma equipe encarregada da sequência de todos os processos: técnico, administrativo e operacional. Tudo em consonância com os normativos e procedimentos da estrutura estatal, buscando, dessa forma, adotar melhores práticas disseminadas pelos órgãos de controle, como, por exemplo, a Controladoria Geral da União – CGU.

A UGP, estabelecida por meio da Portaria Funai nº 562 de 14 de abril de 2011, foi responsável pela coordenação geral do Projeto, com a seguinte composição: Diretor Nacional, Coordenador Nacional, Coordenador Técnico, Coordenador Financeiro e Apoio. Com exceção do Coordenador Técnico, contratado pelo PNUD, os demais são servidores do quadro da Funai. Além dessa estrutura em Brasília, o Projeto também contratou assessores/consultores regionais, que foram responsáveis por articular a implementação das ações do Projeto nos Núcleos Regionais e nas TIs. Esses consultores trabalharam em estreita colaboração com as Coordenações Regionais da Funai.

A UGP é responsável pelo planejamento operacional, pela supervisão, gestão financeira e administrativa de todas as atividades do Projeto, preparação de relatórios de gestão e promoção de articulações institucionais entre todos os atores envolvidos do governo e de organizações não governamentais que participam do Projeto.

Normalmente os órgãos de governo têm alguma dificuldade de encontrar quadros disponíveis e qualificados para essas funções, o que muitas vezes prejudica o andamento dos projetos, sobrecarregando os poucos servidores designados para esse trabalho. No caso da UGP do Projeto GATI, houve uma conjunção de fatores favoráveis, que possibilitou a constituição de uma equipe com boa quantidade de pessoas muito qualificadas. A coordenação financeira do Projeto desempenhou importante função não apenas em relação ao planejamento e acompanhamento financeiro do GATI, mas também por realizar uma articulação muito eficiente com outras Coordenações da Funai e demais organizações integrantes do trabalho. Foi responsável também pelo esforço de internalização das regras do PNUD e de funcionamento de uma UGP na Funai e pela compatibilização de procedimentos frente aos órgãos de controle.

A constituição da UGP foi pouco anterior a uma reestruturação interna ocorrida na Funai, que desembocou numa nova configuração da CGGAM. Portanto, a fase de implementação de fato do Projeto praticamente coincidiu com o momento de reorganização interna da CGGAM, o que foi bastante interessante, uma vez que o "movimento do Projeto, seus consultores e beneficiários, geraram um conjunto de informações e dinâmicas que foi muito produtivo para toda a equipe de técnicos envolvidos no Projeto, em especial os da CGGAM. É óbvio que a própria CGGAM, além do ônus da gestão do Projeto, teve o bônus de ter se fortalecido exatamente num momento de reestruturação institucional. A condução do Projeto, o contato direto com os consultores regionais, as Coordenações Regionais da Funai e os representantes indígenas, contribuíram inclusive na construção e qualificação de diversas agendas da Coordenação Geral.

Deve-se ressaltar que a ideia sempre foi a de manter o funcionamento do Projeto muito próximo da estrutura da Funai, evitando a ocorrência de problemas como aqueles verificados em outros projetos já executados pela instituição, em que uma das críticas mais frequentes era de que as instâncias da Funai não teriam incorporado e internalizado os procedimentos, práticas e lições aprendidas do projeto de cooperação. No caso do GATI, pretendeu-se que houvesse uma plena internalização das práticas do Projeto, buscando uma efetiva participação das Coordenações Gerais - CGs e das Coordenações Regionais - CRs envolvidas. Era evidente que viabilizar maior participação e democratizar decisões têm vantagens enormes em termos de legitimação e incorporação institucional das ações do Projeto. A legitimidade do ponto de vista dos índios foi tratada de outra forma, conforme discutiremos adiante.

©Andreza Andrade

Consultores regionais e coordenador técnico do Projeto GATI em oficina de planejamento realizada em Brasília-DF (2015)

Funai: relações interinstitucionais, diálogos internos e relação com CRs

Como se sabe, o Projeto tem um desenho e arranjo institucional complexo, concebido dessa forma desde a sua origem. A eficácia do GATI, em que pese essa complexidade, chegou a ser elogiada por uma representante do GEF durante evento do PNUD em Nova York, realizado durante o fórum dos povos indígenas na ONU em 2015. Além da Funai, fazem parte desse arranjo institucional, para gestão do Projeto, o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, pela parte de governo, e diferentes organizações indígenas com representação regional e a The Nature Conservancy- TNC, por parte da sociedade civil.

Merece atenção a boa articulação que o Projeto provocou entre a Funai e o MMA/ICMBio, que não tinham um histórico nesse sentido. Temas importantes começaram a ser tratados, em conjunto, por esses órgãos de governo, como a sobreposição de TIs e Unidades de Conservação - UCs, a questão dos mosaicos de áreas protegidas e o problema das invasões e práticas de ilícitos dentro de TIs e UCs. Essa articulação interinstitucional perdurou também durante o processo de construção da PNGATI e suas primeiras ações de implementação.

Desafio considerável foi o de envolver as CRs da Funai e representações regionais do ICMBio na execução do Projeto, internalizando seus principais objetivos.

Devemos lembrar por que o Projeto foi rebatizado como GATI: a partir da constatação de que mais de 70% dos recursos do Projeto eram previsão de contrapartida do governo, MMA e, principalmente, da Funai, não fazia mais sentido o Projeto chamar-se "GEF Indígena". Assim, para viabilizar o uso dessa contrapartida, foi necessário sensibilizar as 17 CRs envolvidas com as 32 TIs Áreas de Referência. Não faltaram documentos circulares com as informações do Projeto, assinados pela direção ou presidência da Funai, trocas de e-mails e uma oficina de capacitação com os servidores dessas CRs que estariam diretamente envolvidos com a execução do Projeto, em especial de um serviço denominado SEGAT – Serviço de Gestão Ambiental e Territorial. Em tese, esse serviço é responsável por orientar, articular e encaminhar os projetos de gestão territorial e ambiental das TIs de determinada CR para a Funai-Sede, a fim de garantir as devidas descentralizações orçamentárias para a execução das atividades.

Oficina de capacitação sobre o Projeto GATI com os servidores do SEGATs (Serviço de Gestão Ambiental e Territorial) das Coordenações Regionais da Funai (2011)

©Acervo GATI

Estava claro que o envolvimento das Coordenações Regionais e das Coordenações Gerais da Funai, em Brasília, era condicionante para o pleno funcionamento das atividades do Projeto. O MMA e o ICMBio deveriam fazer a sua parte no sentido de envolveram tanto suas diretorias e coordenações em Brasília, como as representações regionais do ICMBio. Esse processo resultou em aproximações interinstitucionais Funai-ICMBio nas regiões, onde muitas vezes a relação entre os gestores era de desconhecimento ou de conflito. Parcerias locais com outras instituições, inclusive da sociedade civil, foram potencializadas. É bastante visível que as Áreas de Referência que tiveram maiores resultados no Projeto foram aquelas onde havia parcerias já bem consolidadas com ONGs e onde as CRs da Funai estavam mais sensibilizadas e melhor preparadas/ estruturadas.

Uma dificuldade enfrentada, em termos de gestão, referiu-se ao fato de que cabia ao coordenador regional de cada uma das 17 CRs da Funai envolvidas, administrar certa tensão decorrente da necessária priorização dos já escassos recursos orçamentários da instituição para determinadas TIs, escolhidas como Áreas de Referência do Projeto. Este foi, de fato, um grande desafio de gestão do Projeto: envolver efetivamente todas as CRs da Funai, responsáveis pelas Áreas de Referência. Além do compromisso de execução orçamentária, era necessário dar continuidade a projetos bem sucedidos e tentar inovar na elaboração de novos projetos a serem apresentados para a Funai-Sede. Nem sempre foi possível evitar que a execução dos projetos locais acabasse sendo "mais do mesmo", principalmente, naquelas áreas com pouca experiência com projetos de desenvolvimento sustentável.

Ademais, por diversos motivos, algumas CRs manifestaram alguma hesitação em relação a projetos de cooperação e consultorias. Essa resistência foi sendo trabalhada pela UGP – Unidade de Gestão do Projeto e pelos próprios consultores regionais ao longo de sua execução. A qualidade e sensibilidade dos consultores contratados pelo Projeto contribuiu sobremaneira para uma diminuição dessa resistência e um maior envolvimento das CRs com o Projeto – esse ponto será retomado adiante.

Ainda em relação à participação da Funai, é necessário abordar o papel e atuação das Coordenações Gerais da Funai-Sede, especialmente da Coordenação Geral de Gestão Ambiental -CGGAM, Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento - CGEtno e Coordenação Geral de Monitoramento Territorial - CGMT. Apesar de a UGP estar situada na CGGAM, realizou-se um esforço de integração das áreas que deveriam estar mais diretamente envolvidas com o Projeto, que por sua vez representavam as duas diretorias finalísticas da Funai , Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS e Diretoria de Proteção Territorial – DPT. Isso implicou na realização de reuniões semanais com pontos focais dessas CGs, a fim de planejar atividades, definir prioridades e discutir a destinação de recursos. Outras CGs também participavam dessas reuniões de atualização de informações e planejamento, embora com menor frequência, como, por exemplo, a Coordenação Geral de Licenciamento -CGLIC, Coordenação Geral de Identificação -CGID e Coordenação Geral de Promoção

a Cidadania – CGPC, todas vinculadas à DPDS. Esse processo foi extremamente rico em termos participativos e de conteúdo, contribuindo para qualificar tecnicamente a implementação do Projeto, evitando sobreposições das três principais CGs envolvidas. Mais do que isso, serviu para manter a mobilização da Funai em torno do Projeto e garantir a descentralização de recursos para as CRs executarem as atividades nas Áreas de Referência. Inclusive, as principais deliberações operacionais do Projeto também eram tomadas nesse pequeno fórum semanal intercoordenações.

Aspecto importante a ressaltar, nesse processo de articulação interna na Funai, deve-se ao fato de que ele propiciou uma compreensão mais integrada das questões relacionadas à gestão territorial e ambiental em TIs, "obrigando", em alguma medida, que as diferentes coordenações gerais envolvidas com o Projeto pudessem sair de suas "caixinhas" e espaços bastante fragmentados de atuação. Os resultados foram discussões de conteúdo bastante qualificadas e o início de um planejamento e monitoramento integrado de atividades nas Áreas de Referência. Portanto, mais do que uma melhor integração das atividades finalísticas, a articulação provocada pelo GATI deu mais consistência e coerência para as ações de gestão territorial e ambiental da Funai junto às comunidades indígenas.

No entanto, essa mobilização mais intensa durou apenas cerca de um ano, quando as reuniões começaram a ser menos frequentes e mais espaçadas, em função da agenda atribulada das CGs e, talvez, por conta de certa sensação de que a UGP e a CGGAM estavam dando "conta do recado" de forma eficiente. Ao final, a tentativa de partilhar o Projeto com todas as CGs, na perspectiva de que o "GATI é da Funai", não surtiu muito efeito, uma vez que, afinal, sua gestão ficou inteiramente a cargo da CGGAM.

Mas o fato é que a diminuição de participação das CGs implicou na necessidade de uma maior autonomia da UGP, o que acabou resultando numa maior agilidade e rapidez para dar encaminhamento às questões do Projeto. A equação na verdade é antiga: maior participação = maior lentidão versus menor participação = maior agilidade. Nessa etapa do Projeto, já na sua segunda metade, houve uma melhora de desempenho de execução dos recursos do GEF e diminuiu, por outro lado, a execução dos recursos de contrapartida da Funai. Mas o que se deve ressaltar é que o desempenho e a execução do Projeto melhoraram de maneira substantiva nessa fase, o que esteve associado a:

- Maior autonomia da UGP;
- Maior tempo de maturação do Projeto, que gastou muito de sua fase inicial em processos de consulta, internalização e estruturação da UGP;
- Consolidação e continuidade do trabalho dos consultores regionais;
- Estruturação de acordos de cooperação técnica e cartas de acordo com organizações parceiras;
- Maior foco em utilizar os recursos do GEF, do que propriamente aqueles de contrapartida.

A qualidade, o comprometimento e a permanência da equipe da UGP foram fundamentais para o sucesso do Projeto e pelas respostas rápidas às demandas apresentadas, tanto pelos consultores regionais, quanto pelas CRs e representantes indígenas. A UGP também foi fundamental para uma boa integração das ações do Projeto às ações da Funai, conforme já destacado anteriormente. Deve-se salientar, ainda, que a execução do Projeto ocorreu em meio a severos cortes de recursos e contingenciamentos realizados pelo governo federal, atingindo diretamente as atividades finalísticas da Funai. Os frequentes contingenciamentos de recursos, realizados pelo governo brasileiro nos últimos quatro anos, certamente prejudicaram a possibilidade da Funai, e eventualmente também do próprio MMA, em cumprirem com parcela de suas contrapartidas orçamentárias previstas no Projeto. Este último, inclusive, recorreu com frequência a um dos seus outros projetos PNUD/BRA (normalmente imunes a processos de contingenciamento de recursos, em função de sua configuração específica) para cumprir os compromissos assumidos. Restava à Funai exercer a atividade cotidiana de convencimento, tanto junto à direção e coordenações gerais, como junto às Coordenações Regionais, para garantir a priorização das atividades e Áreas de Referência do GATI nos planejamentos da instituição.

Coincidentemente, ou não, nesse período se intensificaram os ataques aos direitos indígenas, especialmente, no Congresso Nacional, mas bastante visível também dentro do Executivo. Com isso, o foco das organizações indígenas ficou muito voltado para a necessidade de mobilização e manifestação de seus representantes, dificultando uma presença mais constante desses representantes no acompanhamento de atividades do Projeto. O recrudescimento de conflitos em várias TIs, especialmente no MS e nas regiões NE e Sul do país, também dificultou uma melhor destinação de recursos para a execução de atividades nas Áreas de Referência. Em alguns casos, como a TI Caramuru-Paraguassu, por exemplo, os conflitos fundiários decorrentes de seu processo de retomada e regularização, prejudicaram sensivelmente a execução do GATI.

De toda forma, a equipe da UGP gerou uma quantidade considerável de conhecimento a respeito da gestão do Projeto, que poderá ser extrapolado e aproveitado para outros projetos de cooperação. Esse conhecimento não pode ser perdido e a Funai deve encontrar meios de garantir que essa expertise possa ser aproveitada e reproduzida – este é um dos desafios do órgão indigenista. Tendo em vista os cenários ainda mais desanimadores em relação à questão indígena no Brasil, tanto em termos políticos como orçamentários, , é bastante recomendável a "profissionalização ou especialização" de servidores para atuarem numa UGP, uma vez que os projetos de cooperação internacional se constituem como alternativas fundamentais para enfrentar essa situação de escassez de recursos e de direitos.

A maior agilidade e a melhoria de desempenho do Projeto também contaram com o apoio dos representantes indígenas do Comitê Diretor - CD do GATI, que entenderam a necessidade de executar o Projeto com celeridade, conferindo maior autonomia à coordenação do GATI e UGP para tomarem e encaminharem decisões mesmo antes das reuniões do Comitê. Com isso, ganhou-se agilidade sem perda de legitimidade por parte dos indígenas e do CD como um todo, pois o entendimento do MMA, ICMBio e PNUD também era o mesmo. Reuniões, com frequência quase semanal, eram realizadas com o PNUD para tratar de assuntos ligados à gestão do Projeto, buscando rapidez na execução sem "atropelar" nenhum procedimento ou norma.

As reuniões do CD ocorriam normalmente duas vezes por ano, nas quais as principais decisões estratégicas eram tomadas, inclusive sobre o lançamento de editais para contratação de consultorias, novos projetos, valores a serem comprometidos, etc. Com a intensificação de atividades, não era mais possível esperar pelas reuniões do Comitê, sendo que muitos encaminhamentos foram assumidos pela coordenação e informados posteriormente ao CD, outros eram objeto de consulta via e-mail e, excepcionalmente, foram realizadas reuniões extraordinárias do Comitê. De fato, independentemente do arranjo encontrado para melhor executar o Projeto, teria sido interessante viabilizar um maior número de reuniões do CD, o que certamente teria contribuído para fortalecer estruturas de governança do GATI, apesar da intensificação de atividades do Projeto nas regiões dificultar, inclusive, a existência de agendas disponíveis para as reuniões.

Comitê Diretor do Projeto GATI, colaboradores e parceiros, durante reunião ordinária em novembro de 2013

©Sofia Menezes/Funai

Estrutura de governança e participação do Projeto GATI

Comitê Diretor: O Comitê Diretor do Projeto (CDP) é uma instância paritária, composto por um membro representante de cada uma das associações indígenas ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, APIB, Articulação do Mato Grosso e COIAB, três membros do Ministério de Meio Ambiente e três membros da Funai. O PNUD e a TNC participam como observadores. O CDP se reuniu anualmente durante toda a implementação do Projeto. Além das atribuições em relação à discussão e à aprovação do Plano Operacional Anual (POA), a partir da análise dos resultados da implementação, o CDP tem também o papel de apoiar política e estrategicamente o Projeto, visando a incorporação de suas experiências e lições aprendidas em políticas públicas nacionais.

Conselhos Regionais: São instâncias criadas em cada uma das oito regiões do Projeto, com a finalidade de coordenar as ações do Núcleo Regional, orientando a implementação do Projeto naquelas Terras Indígenas que são Áreas de Referência a partir da elaboração dos planos de ação regionais. Também têm composição paritária, sendo metade composta por representantes indígenas das Áreas de Referência e da organização indígena regional, e a outra metade composta por representantes de governo, dividida entre Funai e MMA.

Parcerias com sociedade civil

No decorrer do Projeto, seus coordenadores e a UGP foram encontrando e criando formas mais eficazes e ágeis de gestão, sempre em articulação com o PNUD, a fim de evitar, por um lado, "inventar a roda" e, por outro, ultrapassar algum limite institucional de controle. Assim, pelo menos quatro elementos de gestão foram incrementados, acelerando os resultados necessários e contribuindo para o que o Projeto "aterrissasse" de vez nas TIs, beneficiando diretamente os indígenas e suas organizações. Foram os seguintes:

1. Cartas de acordo: instrumento já utilizado pelo PNUD, que permite o repasse de recursos do Projeto diretamente para pessoa jurídica, organizações da sociedade civil com experiência em determinado povo/região indígena, capacidade de gestão e aval/consentimento dos beneficiários. Esse instrumento permitiu implementar ações simultaneamente em diferentes regiões, contribuindo também para integrar o Projeto em atividades que já vinham sendo realizadas pelos parceiros. Esse recurso de gestão lembra um pouco as iniciativas das chamadas "agências implementadoras", já utilizadas também por outros órgãos de governo.

2. Microprojetos: uma forma simples e rápida para repasse de pequena quantidade de recursos (até R$ 4.000,00) diretamente para pessoa física, indivíduos indígenas, indicados por suas comunidades para a realização de atividades nas aldeias. O conjunto de atividades apoiadas foi bastante diversificado, contemplando desde a confecção de mudas de plantas, criação de pequenos animais, atividades de geração de renda, até a realização de cursos e reuniões. Os resultados dessas atividades foram muito positivos, uma vez que a comunidade beneficiária também exercia forte controle social sobre o responsável pela execução do Microprojeto, pois afinal só havia repasse de recursos com um endosso formal, por escrito, da comunidade.
3. O Projeto utilizou-se de um mecanismo já existente no PNUD, referente aos chamados Pequenos Contratos, para pessoa física, num valor de até US$ 2.500,00. Esse instrumento foi bastante útil para viabilizar diferentes serviços de maneira rápida e pontual, que geraram resultados importantes, tais como apoio técnico para elaboração de minutas de editais de projetos, diagramação de publicações, capacitações específicas, apoio técnico aos indígenas para elaboração de projetos com outras fontes de financiamento, etc.
4. Articulação de novas fontes de recursos para apoio das ações, nomeadamente com o MMA, para acessar o Fundo Clima e com o BNDES, para acessar o Fundo Amazônia. Sempre foi estratégia de o Projeto investir na ampliação e diversificação de novas possibilidades de financiamento para as ações de gestão territorial e ambiental nas TIs. Nesse sentido, foi construído um edital com recursos do Fundo Clima direcionado para as organizações indígenas, com o objetivo de apoiar a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas - PGTAs, nos biomas Cerrado e Caatinga. Tratou-se de importante ação para disseminar esse instrumento de gestão para outros biomas e Terras Indígenas, normalmente excluídos das tradicionais fontes de financiamento, focadas quase exclusivamente na Amazônia. E, em relação a esta, foi construído o edital para o Fundo Amazônia, do BNDES, destinando cerca de 70 milhões de reais, principalmente, para a implementação de PGTAs. O Projeto GATI contribuiu para alavancar esses novos recursos, que já se constituem como investimentos concretos na implementação da PNGATI.

Todos esses instrumentos permitiram agilizar sobremaneira a execução do GATI, destinando recursos diretamente para organizações da sociedade civil para a execução de importantes atividades do Projeto. Quando os beneficiários não eram diretamente as organizações indígenas regionais, integrantes do GATI, estas cumpriam também o papel de "avalizar" a indicação de determinada organização não governamental para a realização de uma tarefa ou conjunto de atividades do GATI. Com isso, garantia-se legitimidade e respaldo junto às representações indígenas para a implementação do Projeto, de forma mais descentralizada e, portanto, mais ágil.

As eventuais críticas no sentido de que pode ter havido uma excessiva "terceirização" de atividades ou de que a Funai não teria assumido um protagonismo mais centralizado do Projeto, devem ser relativizadas, pois carecem de conhecimento sobre os aspectos técnicos e políticos do GATI. A Funai, com sua sede e suas coordenações regionais, assumiu um papel decisivo na implementação do Projeto e, juntamente com as organizações indígenas, coordenou de maneira adequada todo o processo. Ajudou a implementar uma série de ações por meio de seus recursos próprios, articulou com parceiros uma série de outros recursos e encaminhou um conjunto de ações que ainda serão desenvolvidas mesmo após o término do Projeto, por meio da implementação da PNGATI.

Ademais, com o aval das organizações indígenas, conforme colocado acima, a Funai incrementou um conjunto de parcerias que contribuirão para além do Projeto, na ampliação do trabalho indigenista nas TIs, contribuindo para a sua melhoria e consolidação. E, da mesma forma, para o processo de descolonização da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, conforme preconizado inclusive na 1ª. Conferência Nacional de Política Indigenista.

Articulações regionais e locais

Da mesma forma, as reuniões dos Conselhos Regionais do GATI ocorreram de forma um tanto desigual, cumprindo papéis muito diferenciados em cada uma das 8 macrorregiões e poderiam ter implementado uma rotina de reuniões mais frequente. O papel dos Conselhos pode ter sido subestimado, mas em algumas regiões ele cumpriu importante papel de articulação interinstitucional, agregando novos parceiros às iniciativas locais. Isso foi particularmente evidente no caso do MS, onde a apropriação dos Terena e Guarani Kaiowá fizeram do Conselho uma instância forte e atuante, o que, na verdade, não aconteceu na maioria dos outros casos. No NE e SE, também cumpriu uma função aglutinadora, oportunizando a mobilização das bases com a participação de diferentes parceiros. Outro aspecto que poderia ter sido potencializado, se não fossem as indefinições da própria Funai, seria uma melhor articulação dos Conselhos Regionais do GATI com os Comitês Regionais da Funai, uma vez que, invariavelmente, ocorreram sobreposições de representações e até de pautas dessas instâncias de governança. Ademais, os Comitês Regionais também se constituem como órgãos de governança da PNGATI, cuja implementação pode ser considerada como um desdobramento e ampliação dos resultados do Projeto.

Conselheiros e consultores do GATI, do Núcleo Regional Pantanal/Cerrado (2013)

©Robert Miller

O Projeto GATI e a PNGATI

Umas das maiores contribuições do Projeto GATI, em âmbito nacional, foi o apoio e incentivo à elaboração participativa da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, a PNGATI. Todo o aprendizado que a elaboração do Projeto GATI produziu, com as discussões participativas entre governo e movimento indígena ajudou a elaboração da PNGATI. Para elaborar essa política, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial-GTI, constituído por representantes de vários ministérios e de organizações indígenas regionais. O GTI redigiu um documento base que foi levado a cinco consultas regionais aos povos indígenas, envolvendo pelo menos 1.240 indígenas de 186 povos.

A sinergia entre o Projeto GATI e a PNGATI é bastante evidente, sendo ressaltada por todos os atores e organizações que participaram dos seus processos de construção e implementação. O início do Projeto GATI chegou a ser postergado em função das consultas que estavam sendo realizadas para elaboração da proposta da PNGATI, porque as instituições governamentais e organizações indígenas envolvidas eram basicamente as mesmas. Ademais, sempre se considerou que o Projeto GATI seria um balão de ensaio para a implementação da PNGATI e assim se constituiu de fato.

O Projeto colocou em prática várias das propostas contidas na Política, tais como, por exemplo, a formação para a gestão ambiental (Curso de Formação Continuada em PNGATI e desdobramentos); gestão compartilhada de áreas de sobreposição (iniciativas nos Xakriabá, Potiguara, Pataxó, Oiapoque); práticas agroecológicas (Terena, Guarani, vários grupos do NE); criação e manejo de animais silvestres (Xambioá); elaboração e atualização de PGTAs (Guarani, Manchineri, Pankararu, Terena), resgate e valorização de sementes tradicionais (Feiras de Sementes nos Xakriabá, Terena, Guarani, grupos do NE). O GATI cumpriu, portanto, um papel primordial na perspectiva de ser um piloto da PNGATI, indicando rumos promissores para várias de suas ações. Além das CRs, o papel desempenhado pelos consultores regionais foi muito importante para a viabilização dessas e outras tantas ações do Projeto.

Para a criação e funcionamento dos Conselhos Regionais, o papel dos consultores regionais foi fundamental. Eles superaram, inclusive, algumas resistências dos indígenas e servidores das CRs para realizar o seu trabalho. Em algumas regiões, como no nordeste, sul e sudeste, por exemplo, a maioria das experiências anteriores de consultorias foram bastante ruins e traumáticas. Mas, como já foi destacado, o papel dos consultores foi importante para viabilizar a implementação dos projetos locais nas suas regiões de atuação, estabelecendo "pontes" entre as comunidades indígenas e as CTLs – Coordenações Técnicas Locais e CRs. Muitas vezes auxiliaram na formulação de projetos, segundo os padrões da Funai, para incorporação no PAT – Plano Anual de Trabalho das CRs, mecanismo necessário para a execução da contrapartida da Fundação. Em alguns casos, inclusive, existiram consultores indígenas que moravam em suas TIs (Áreas de Referência), o que foi muito oportuno para melhorar o diálogo com determinadas comunidades. Destaca-se ainda que, nesse caso, não houve necessidade de nenhum tipo de cota indígena, sendo que os referidos consultores concorreram em condições de igualdade e com bastante competência a essas vagas.

As consultorias regionais foram muito bem sucedidas, trabalharam em sintonia com as CRs e construíram boas relações com as comunidades indígenas das Áreas de Referência. Há casos, como o dos Xokleng da TI Ibirama, em que o papel da consultoria foi estratégico para reaproximar o trabalho da CR Litoral Sul de Florianópolis com os Xokleng.

Existem também exemplos de como a consultoria contribuiu para melhorar a comunicação das comunidades com as CRs e fortalecer o movimento indígena, a APOINME, nesse caso. Ou ainda, casos em que a consultoria conseguiu construir relações de confiança em contextos extremamente complexos e repletos de diferentes interlocutores externos, como nos Tupiniquim e Xakriabá.

Em Brasília, outras consultorias foram fundamentais:

- uma que acompanhou com muita competência os processos de formação em PNGATI, contribuindo para modelar os cursos a cada contexto específico, adaptar e aprofundar determinados conteúdos, garantir metodologias adequadas e adaptar o tempo do Projeto ao tempo das organizações indígenas, com as quais o trabalho se desenvolveu em estreita sintonia;
- outra que acompanhou o processo de elaboração e implementação de PGTAs nas Áreas de Referência, qualificando a discussão sobre o tema, gerando novos materiais e difundindo experiências entre as diversas TIs;
- outra que contribuiu na elaboração dos diferentes processos de gestão administrativa e financeira do Projeto junto ao PNUD e à própria Funai, garantindo maior confiabilidade dos sistemas de controle e articulação dos mecanismos adotados pelo PNUD e pela Funai;

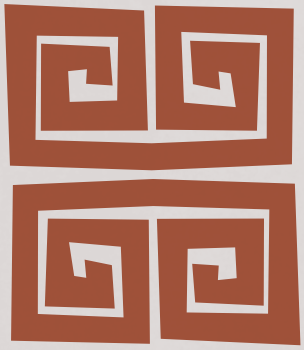
- e uma última que se responsabilizou pela comunicação do Projeto, cuja contratação foi, inclusive, uma demanda formal dos representantes indígenas do Comitê Diretor. O próprio Comitê constatou que existia uma grande quantidade de atividades e articulações sendo realizadas por meio do Projeto e que, no entanto, estavam pouco visíveis. Inicialmente, com apoio da Cooperação Alemã – GIZ houve a elaboração do Site sobre a PNGATI, inserindo também informações do Projeto GATI. Assim, a consultoria de comunicação deu visibilidade a esse conjunto de ações e, mais do que isso, influenciou a mudança do próprio site da Funai no processo de criação dos links com informações do Projeto GATI e da PNGATI. Com isso, durante um período, o Projeto alcançou grande visibilidade, gerando mudanças importantes na própria forma da Funai lidar com suas informações destinadas para o público mais amplo.

Por fim, é preciso destacar o papel fundamental exercido pela coordenação técnica do GATI, que foi o elo e referência de todos os consultores. A permanência do coordenador técnico desde o início do Projeto até o seu final, aliada à sua competência e experiência, garantiu a construção de relações de confiança com as organizações indígenas e contribuiu de maneira decisiva para fomentar a integração das diversas consultorias e atividades do Projeto, manter uma unidade e coerência em relação aos principais objetivos do trabalho, estimular novas ideias, viabilizar boa articulação com a Funai, PNUD e demais parceiros, sempre enfrentando as adversidades com notável bom humor.

©Robert Miller

4ª Reunião do Conselho Regional do Núcleo Pantanal/Cerrado, na TI Lalima, MS (2016)

Desafios



Uma série de desafios permanece para o futuro, após o encerramento do Projeto. Um dos principais é o de **continuar e ampliar a captação de recursos para novos projetos de cooperação beneficiando as TIs no Brasil, focados nas temáticas de gestão territorial e ambiental**. Trata-se de tarefa indispensável e perene, garantindo que os bons projetos existentes nas TIs possam ser viabilizados. A PNGATI e os temas de que ela trata chamam a atenção da cooperação internacional, o que se constitui numa oportunidade para alavancar mais recursos e apoio técnico para os povos indígenas. Essa oportunidade precisa ser trabalhada tanto pelas organizações indígenas como pelos órgãos de governo comprometidos com o destino dessas populações.

É importante lembrar que **foram formados bons quadros na Funai**, por meio da atuação do Projeto GATI, cujo conhecimento e experiência devem ser valorizados e aproveitados. **Investir na formação e valorização desses servidores é fundamental** para que se gaste menos tempo com processos de estruturação e internalização de procedimentos, além de estimular esses servidores a continuarem executando tarefas de enorme responsabilidade. Como vimos, o Projeto GATI gastou bastante tempo com esse processo de estruturação inicial, especialmente na construção da própria CGGAM, que atualmente reúne o conjunto de expertise técnica para continuar suas atribuições na agenda da gestão territorial e ambiental. É extremamente necessário fortalecer a Funai para continuar sua atuação indigenista nessa área.

Apesar do grande apelo ambiental da Amazônia, o Projeto GATI demonstrou que **existe uma enorme demanda e também muitas experiências boas de projetos para além da Amazônia**. Novos projetos e investimentos precisam ser realizados junto aos povos indígenas do Nordeste e do Centro-Sul, que vivem realidades absolutamente conflitantes e, por vezes, contraditórias. Vale lembrar das constantes reclamações dos povos indígenas pelo fato, por exemplo, de que nenhuma terra do RS, MA ou mesmo RR tenha sido contemplada pelo Projeto.

Para tanto, outro desafio é recuperar e manter o nível de articulação que o Projeto GATI provocou em determinado momento, pois esse nível é fundamental tanto para a construção como para a execução de novos projetos. **É necessário que exista uma boa articulação interna na Funai e desta com o MMA, MDA e demais órgãos de governo, incrementando os espaços de discussão e diálogo com o movimento indígena, suas representações regionais e com as organizações indigenistas**. É preciso avançar na compreensão de que o trabalho indigenista pode e deve ser realizado conjuntamente pelo governo, índios e parceiros da sociedade civil, pois, além da escassez de recursos financeiros e humanos, a conjuntura política está cada vez mais adversa em relação aos direitos dos povos indígenas. Dessa forma, os próprios recursos financeiros do orçamento da União podem ser mais bem planejados, articulados, otimizados e destinados a projetos sustentáveis nas TIs, evitando sobreposições e desperdícios.

Essa almejada articulação deve resultar também num **maior fortalecimento dos órgãos de governança da PNGATI**, seu Comitê Gestor e os Comitês Regionais da Funai. O Comitê Gestor da PNGATI corre o risco de ser esvaziado, como tantas instâncias de governança e participação do governo, mas o movimento indígena, assim como os órgãos comprometidos com os direitos indígenas, deve estar atento para que isso não ocorra. Da mesma forma, **especial atenção precisa ser dada aos Comitês Regionais da Funai** e esta precisa assumir estrategicamente a necessidade de fortalecimento e, em alguns casos, reformulação desses Comitês. Principal resultado da reestruturação da Funai em 2010, os Comitês Regionais têm o importante papel de deliberar sobre a política indigenista e orientar/monitorar a implementação da PNGATI na esfera regional. Questões relacionadas à falta de recursos para o seu funcionamento, à baixa representatividade de outros órgãos de governo e da sociedade civil, além da sub ou sobrerrepresentação dos povos indígenas, são alguns dos problemas que precisam ser enfrentados pelo órgão indigenista oficial.

A efetiva continuidade das ações do Projeto deve ocorrer, em princípio, por meio da própria implementação da PNGATI, por meio da execução do seu **Plano Integrado de Implementação**, amplamente pactuado no âmbito do seu Comitê Gestor. Mais do que tudo, a plena participação dos povos indígenas precisa ser garantida nesse processo e nessas instâncias de deliberação. **A participação indígena foi decisiva no processo de construção do Projeto GATI e da PNGATI e será decisiva também na implementação da Política**. Ocupar esses espaços de participação será fundamental para que os resultados do GATI possam ser replicados e para que a PNGATI saia, cada vez mais, do papel e possa ser amplamente implementada e "indigenizada".

Membros titulares e suplentes
do Comitê Diretor do Projeto GATI (2010-2016)

Representantes Indígenas

Edson de Oliveira Santos - Articulação MT
Francisco Avelino Batista - COIAB
Lísio Lili - Arpipan
Manoel Uilton dos Santos - Apoinme
Marcos Avilques Campos - Apoinme
Marcos dos Santos Tupã - Arpin Sudeste
Maria da Conceição Alves Feitosa - Apoinme
Mário de Camilo - Arpin Sudeste
Mauricio Guarani - Arpin Sul
Pablo Sage Kamayura - Articulação MT
Paulo Henrique Oliveira - Apoinme
Ramão Vieira de Souza - Arpipan
Romancil Kretã - Arpin Sul
Sonia Bone de Souza Silva Santos – COIAB

Representantes de Governo e observadores

Aloysio Antônio Castelo Guapindaia - FUNAI/DPDS
André Luis Lima - MMA/DAP
Andrea Arean Oncala - MMA/SEDR
Artur Nobre Mendes - FUNAI/DPDS
Carlos Ferreira de Abreu Castro - PNUD
Carolina Schneider Comandulli - FUNAI/CGMT
Claudia Maria Calório - MMA/SEDR
Eduardo Vieira Barnes - TNC
Érika Fernandes Pinto - ICMBio
Fernando de Luiz Brito Vianna - FUNAI/CGGAM
Giovanna Palazzi - MMA/DAP
Helcio Marcelo de Souza - TNC
Ivan Abreu Stibich - FUNAI/CGEtno
Jaime Siqueira Jr. - FUNAI/CGGAM
Jânio Oliveira Coutinho - MMA/SEDR
José Augusto Lopes Pereira - FUNAI/CGEtno
Juan Felipe Negret Scalia - FUNAI/CGEtno
Júlio César de Lucena Araujo - FUNAI/CGEtno
Lia Mendes Cruz - MMA/SEDR
Luiz Fernando Schneider Loureiro - MMA/DAP
Luiz Gustavo Oliveira Galvão - MMA/SEDR
Lylia da Silva Guedes Galetti - FUNAI/CGEtno
Marcela Nunes de Menezes - FUNAI/CGGAM
Marcio Sztutman - TNC
Maria Augusta Boulitreau Assirati - FUNAI/DPDS
Mônica Martins de Melo - ICMBio
Rose Diegues - PNUD
Tatiana Raquel Alves Vilaça- FUNAI/CGMT
Thais Dias Gonçalves - FUNAI/CGMT

Equipe técnica responsável pelo
acompanhamento das ações desenvolvidas
no âmbito do Projeto GATI - exercício 2016*

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

Coordenação Geral de Gestão Ambiental – CGGAM

Fernando de Luiz Brito Vianna - Coordenador Geral
André Alexei Tarapanoff
Andrei Camargo Duarte
Bruno Barreto
Felipe Vianna Mourão Almeida
Fernanda Nunes de Araujo Fonseca
Gabriel Silva Pedrazzani
Graziela Rodrigues de Almeida
Maira Smith
Maurício Fiorito de Almeida
Nathali Germano dos Santos
Priscilla Peixoto Colodetti
Regina Nascimento Ferreira
Vanessa dos Santos Teruya
Vera Olinda Sena de Paiva

Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento – CGETNO

Juan Felipe Negret Scalia – Coordenador Geral
Ana Heloisa D'Arcanchy Bandeira de Mello
Cecília Reigada Piva
Edmilson Medeiros de Souza
Heber Siqueira Gomes
Hernani Antunes Buciolotti
José Augusto Lopes Pereira
Leiva Martins de Souza Venâncio Pereira
Maria Nizeth Corrêa de Assis
Osmar José Fumagali Junior
Roberto Lima da Costa
Tayana Lopes Vollmer
Wagner Pereira Sena.

Coordenação Geral de Monitoramento Territorial – CGMT

Tatiana Raquel Alves Vilaça – Coordenadora Geral
Carolina Delgado de Carvalho
Clara Teixeira Ferrari
Gabriella Casimiro Guimarães
Isolde Luiza Lando
Nikolas Raphael Gil Alcon Mendes
Priscila Ayres Feller.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR

Juliana Ferreira Simões - Secretária
Gabriel de Mendonça Domingues
Márcia Catarina David
Renata Correa Apoloni
Rodrigo Augusto Lima de Medeiros

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais
Mônica Martins de Melo

*Na oportunidade agradecemos a colaboração e participação
de todos os servidores e servidoras que contribuíram
para a execução do Projeto GATI nos exercícios anteriores

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) contribuiu para o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortaleceu as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Também promoveu o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs.

O Projeto foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), *The Nature Conservancy* (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-*Global Environment Facility*).

Articulação MATO GROSSO

IEB INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

The Nature Conservancy Brasil

gef www.theGEF.org

PNUD Empoderando vidas. Fortalecendo nações.

FUNAI

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

BRASIL GOVERNO FEDERAL